

O PERIGO DO ROMANCE, OU A LEITURA EM PERIGO?

DOI: 10.47677/gluks.v24i3.510

Recebido: 14/09/2024

Aprovado: 10/12/2024

SALES, Germana Maria Araújo¹
SILVA, Jeniffer Yara Jesus da²

RESUMO: No Brasil, mudanças significativas durante o século XIX ocorreram com a chegada de uma modernidade tecnológica e ideológica, entre elas, a imprensa nacional e a circulação de livros e narrativas entre eles. No entanto, títulos e autores foram alvos de censura pelo afastamento aos preceitos religiosos da época e por serem considerados ameaçadores às instâncias de poder. É neste contexto que o presente trabalho verifica e recupera as críticas divulgadas em *A Cruz: jornal religioso, litterário, historico e filosófico*, publicado no Rio de Janeiro entre 1861 a 1864. A partir da análise dos julgamentos feitos às narrativas ficcionais, é possível reconstituir as nuances ideológicas, políticas e religiosas presentes nos posicionamentos contrários às leituras, as quais se encontravam distantes dos preceitos puramente moralizantes previstos para a ordem católica. O estudo revela as intenções específicas quanto à condenação da leitura, principalmente do romance, a qual serviu como um instrumento de persuasão na condução aos dogmas cristãos e, principalmente, na afirmação da Igreja e de seus integrantes como detentores de um saber moralmente verdadeiro, em detrimento da potência de subversão de ideias a partir das leituras literárias disponíveis ao público leitor.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica a leituras; Romance; Jornal religioso; *A Cruz*; Século XIX.

[...] *os romances eram silenciosos instrutores na arte da intriga.* (Ana Miranda, 2002)

Leituras que tanto deliciam

No primeiro semestre de 2024, o romance *O Averso da Pele* (2020), de Jeferson Tenório, vencedor do Prêmio Jabuti na categoria Romance Literário de 2021 e selecionado em 2022 para integrar o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), foi proibido nas redes de

¹ Professora Titular da Universidade Federal do Pará, Doutora em Teoria e História Literárias (UNICAMP), e-mail: gmaa.sales@gmail.com.

² Professora Assistente I da Universidade Estadual do Amapá. Mestre em Estudos Literários e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. E-mail: jeniffer.yara@gmail.com.

educação nos estados brasileiros: Mato Grosso do Sul, Goiás e Paraná. O motivo da censura foi justificado pelo uso de palavras de baixo calão na narrativa e cenas sexuais, enquanto o enredo da obra chama atenção para um ato de racismo. Infelizmente, não se trata de um fato isolado nas escolas do país, pois as notícias relatam outras reprovações de obras, como em 2023, quando a Secretaria de Educação de Santa Catarina cancelou nove títulos das escolas de rede pública, a saber: o *best-seller A Química entre Nós* (2012), de Larry Young e Brian Alexander; o clássico *Laranja Mecânica* (1962), de Anthony Burgess³; *Coração Satânico* (2017), de William Hjortsberg; *Donnie Darko* (2003), de Richard Kelly; *Ed Lorraine Warren: Demonologistas – Arquivo sobrenaturais* (1980), de Gerald Brittle; *Exorcismo*, de Thomas B. Allen (2016); *It: A Coisa* (2014), de Stephen King; *Os 13 Porquês* (2007), de Jay Ascher e *O Diário do Diabo: Os segredos de Alfred Rosenberg, o maior intelectual do nazismo* (2017), de Robert K. Wittman e David Kinney. De acordo com a CNN Brasil, o motivo da interdição às obras estaria relacionado ao seu conteúdo, pois abordam regimes totalitários, nazismo, sexualidade e terror⁴, temas que não estariam coerentes com a faixa etária dos educandos, de acordo com a Secretaria de Educação local.

Sobre proibições de leituras no século XXI, a obra *Resistência: leitores, autores, livreiros, editores e censura a livros no Brasil de 2019 a 2020* (2023), de Sandra Lucia Amaral de Assis Reimão, João Elias Nery e Flamarion Maués Pelúcio Silva, expõe as diferentes situações de vetos, como a censura na Bienal do Rio e em Rondônia, as investidas contra as figuras do imaginário e cultura africana e a interrupção da coleção Memórias Reveladas.

Contudo, a coibição para a leitura remonta a tempos de outrora, anterior ao surgimento do romance moderno, no século XVIII, quando era avaliada e pensada sob a perspectiva da perversão. Com a chegada dos romances nos seios familiares, esperava-se obras que valorizassem os preceitos moralizantes, pois, sobre “o novo romance que surgia, muitos passaram a defender, devia servir de algum reparo a esses males: devia divertir, como

³ Disponível em: <https://bravo.abril.com.br/literatura/alem-de-o-avesso-da-pele-5-livros-censuradas-nos-ultimos-anos-no-brasil>. Acesso em 02 ago. 2024.

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sem-justificar-governo-de-sc-retira-9-livros-das-escolas-publicas/>. Acesso em 02 ago. 2024.

os anteriores, mas também instruir, também transmitir os bons costumes, apregoar a virtude, estimular o recato” (Fuks, 2016, p. 24).

Os preceitos calcados na diversão, instrução, bons costumes, virtudes e recato foram a tônica de muitos ensaios divulgados nos jornais católicos e maçônicos durante o século XIX, cujo objetivo foi apresentar posicionamentos perante a leitura de romances. É preciso, no entanto, esclarecer que as perspectivas sobre o romance, como aponta Fuks (2016), modificaram-se ao longo dos séculos, particularmente acerca dos diálogos entre teóricos e autores literários, entretanto, a desconfiança para com determinadas leituras/ou produções ficcionais, mesmo remodeladas por meio dos diferentes suportes surgidos ao longo dos anos, reflete igualmente intolerância e ameaça por parte de enredos e personagens que podem desvirtuar o leitor⁵.

A respeito dos artigos e notas incriminadoras ao gênero e autores romanescos, sob pontos de vistas semelhantes aos expostos na contemporaneidade, no século XIX, período de ascensão do romance, também se verificam produções presentes em jornais religiosos-doutrinários, como os católicos, envolvidos na Questão Religiosa, embate entre Igreja e Maçonaria, e atentos para as leituras disponíveis ao público, seja no Brasil, seja no estrangeiro. Assim, analisaremos as produções presentes no jornal *A Cruz: Jornal religioso, litterario, historico e philosophico* (1861-1864), periódico católico, que concentrou uma significativa presença de artigos ensaísticos com apreciações sobre a leitura do romance. Neste artigo, focaremos na análise da apreciação crítica sobre dois títulos literários em específico, são artigos que integram um conjunto de corpus que revela o posicionamento quanto à leitura de romances feita pelos redatores do jornal, corpus este analisado, de maneira mais abrangente, em outros trabalhos empreendidos pelas autoras, já que o conjunto de textos críticos presentes no periódico é extenso para a investigação em um artigo.

⁵ REDAÇÃO QUATRO CINCO UM. *Um recorte da história de livros perigosos*. 2023. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/politica/um-recorte-da-historia-de-livros-perigosos>. Acesso em: 09 ago. 2023.

Romance no século XIX: popular e licencioso

Foi Maria Luiza quem me mandou um romance quando aprendi a ler, mas Natalícia pôs fim no livro antes que eu abrisse a primeira página, porque a leitura de romances deixava as moças doentes, encorajava a imoralidade [...]
(Ana Miranda, 2002)

No século XIX, o romance foi alvo de intensos debates sobre sua leitura e as possíveis implicações que ela poderia causar aos seus leitores (Siti, 2009), pois, a partir dos livros considerados concupiscentes, os sujeitos que os lessem poderiam incitar ou serem exemplos de comportamentos condenáveis a partir da influência dos livros que liam. O romance, como gênero da modernidade⁶, alcançou popularidade não só pelos enredos que envolviam as cenas cotidianas, mas também pela divulgação nos diferentes suportes, como jornais e revistas. Contudo, o gênero passou a protagonizar inúmeras acusações, como corromper os espíritos, desvirtuar almas cristãs e até provocar maledicências físicas, como desmaios, febre, ataques histéricos, além de provocar atos imorais à boa conduta da época, a exemplo de adultérios e suicídio (Abreu, 2001).

As narrativas consideradas provocativas, ímpias, imorais, mas ao mesmo tempo populares, estiveram presentes em casas e estabelecimentos sociais diversos durante o Setecentos, início de sua popularização (Abreu, 2007) e provocaram o surgimento de posicionamentos oriundos de instâncias de poder, como a Igreja e a Maçonaria, a partir de declarações controversas quanto à sua circulação e divulgação. Embora nos jornais religiosos-doutrinários⁷ dessas instituições também circulassem narrativas ficcionais, elas tentavam se igualar à “estrutura” do romance em formato folhetim por meio da publicação

⁶A partir de significativas mudanças sociais e econômicas, principalmente advindas das revoluções burguesa e industrial, a modernidade gerou novos pensamentos e comportamentos, assim como novas estruturas de narrativas, como o romance de formação: “Moretti considera o romance de formação a forma simbólica e hegemônica da modernidade em decorrência das grandes mudanças sociais e econômicas provocadas pela dupla revolução, a industrial e a burguesa. Organizado em quatro grandes blocos, que por sua vez separam-se em capítulos, esses divididos em vários subtítulos instigantes, numa estrutura que remete ao formato de árvore, o livro compreende um período de pouco mais de um século, entre o surgimento do paradigmático *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe, publicado em 1795-1796, e o de algumas obras modernistas do início do século XX, até 1914 - essas abordadas em um ensaio adicional” (Marks, 2021, p. 313-318)

⁷ O termo “religioso-doutrinário” será utilizado devido ao estudo de jornais católicos e maçônicos, pois a Maçonaria não é considerada uma religião, e sim uma instituição doutrinária.

seriada, então divulgada na seção de mesmo título, ou em seu modo de narrar, a partir de enredos melodramáticos, com aventuras e personagens aventurecos, porém, sempre pautados nos preceitos religiosos-católicos. A estratégia pretendia instigar o público leitor desses jornais à leitura destas narrativas ficcionais que ali circulavam, pois eram dignas de leitura ou menos corrompíveis, pelo teor moralizante aceito pelos periódicos católicos, assim como objetivava garantir a venda regular destes jornais.

Representantes e simpatizantes da Igreja Católica e Maçonaria discutiram os benefícios e malefícios da leitura de narrativas ficcionais, principalmente a do romance-folhetim, assim como também divulgavam e analisavam a circulação de obras assinadas por autores famosos e anônimos à época, entre figuras nacionais e estrangeiras, demonstrando elevada preocupação à popularização de romances, em menções críticas a eles por meio de artigos, notas e comentários (Silva, 2020).

O romance, então, esteve presente sob diversas perspectivas nesses jornais, diferentemente do que ocorreu em outros periódicos noticiosos e literários publicados no Oitocentos, visto que as motivações para tratar sobre práticas de leitura, por exemplo, foram diversas, de acordo com os escopos editoriais de cada folha. As finalidades iriam para além da venda de tiragens ou da oferta de espaço para divulgação de autores ou traduções, uma vez que os redatores e dirigentes demonstravam-se preocupados na recomendação ou reprovação das leituras para além dos critérios moralizantes ou estilísticos, bem como priorizavam a propagação de narrativas amenas, aliando a pauta literária aos posicionamentos políticos e ideológicos de cada impresso.

Feitas essas ressalvas, nossa atenção se dirigirá ao periódico *A Cruz*, de redação católica, impresso a partir de 1861, no Rio de Janeiro, com perspectivas ideológicas-políticas e princípios estabelecidos em seu editorial com marcada posição religiosa, em um contexto específico de embates políticos e religiosos, mas com significativa preocupação com as leituras.

Sob o legado de “Ave Crux Spes Única” ou “Salve a Cruz, nossa única esperança” (tradução livre), o periódico saía aos domingos e era assinado na sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Candelária. Integrante de um conjunto de periódicos destinados para a defesa da Igreja em um período de embate com outras instituições, como a Maçonaria, *A Cruz* possui

em seu projeto editorial intenções semelhantes aos dos ultramontanos (ala católica ultraconservadora da época)⁸: a defesa dos dogmas, a manutenção de fieis, a condenação de ideias subversivas, políticas, religiosas e sociais. Nesse ínterim, as práticas de leitura, principalmente a do romance, foram alvo de atenção dos redatores, pois, para eles, a prosa de ficção também seria um instrumento de persuasão e influência no meio social, considerada ameaçadora para o poderio católico vigente.

Ler é perigoso

[...] os romances faziam as moças ficar incapazes de cumprir suas obrigações no lar; responder aos pais, viver reclamando de não ser filhas do presidente e determinadas a se tornar as mesmas heroínas que só existiam no papel. (Ana Miranda, 2002)

Em 13 de outubro de 1861, os leitores e leitoras do jornal *A Cruz* tiveram acesso ao artigo intitulado “O perigo dos romances”, publicado na edição nº 9. O artigo alinhavou hipóteses acerca do risco da leitura, associando o romance a um veneno presente entre as famílias. O texto anônimo alegava que a imaginação despertada nos enredos era uma das principais razões para o entorpecimento das almas:

Grande é o estrago que tem feito o romance no seio das famílias! É um veneno tão sutil, que vai pouco a pouco roendo o coração e tirando-lhe todo o seu viço e primor. A inocência o abraça, e seu contato a definha e mata. A inteligência acanha-se, o coração não pode formar-se para a virtude, as faculdades d’alma ficam entorpecidas em sua ação, e nesse estado de abatimento tudo parece desfalecer. Milhares de pessoas tem sido vítimas de seus atrativos, e incautas vão tragando o cálix do infortúnio e da perdição, deleitam-se nessas pinturas extravagantes, que a imaginação em seu exaltamento cria, e cegas vão caminhando para o abismo da infelicidade, esquecidas dos meios poderosos que a Religião tão benignamente oferece para remover esses obstáculos que cativam e perdem o espírito (*A Cruz*, 1861, n. 9, p. 2).

Sentenciosa, a análise garante que a leitura de romances levaria os espíritos à perdição e, conseqüentemente, à infelicidade, pois sua leitura seria fatal, causava adversidades

⁸ “[...] a palavra ultramontano deriva do latim, ultramontes, que significa ‘para além dos montes’, isto é, ‘dos Alpes’. Sua origem, deriva da linguagem eclesiástica medieval que denominava todos os Papas não italianos. Acrescenta, ainda, que no século XVIII, o conceito passou a ser usado para ‘identificar os defensores da Igreja em qualquer conflito entre os poderes temporais e espirituais’” (Santirocchi, 2010, p. 24 *apud* Da Silva; Da Rocha Carvalho 2019, p. 30).

diante de cenas que levavam à indolência e desvirtuavam a honra e a nobreza do espírito. O argumento de que o romance seria perigoso às mentes e afastaria os leitores da “Religião”, grafada em inicial maiúscula em uma possível remissão à ideia de instituição ou autoridade, fez-se presente no século XIX como um todo, conforme Julian Fuks (2016):

As obras romanescas eles julgavam frívolas, condenando o fato de acalentarem os tolos corações de juvenzinhas desinformadas, de alimentarem assim fantasias disparatadas. Nos primeiros romances modernos, também juvenzinhos e fidalgos entregavam-se ao hábito ocioso: Quixote perdia o juízo lendo livros velhos, como faria a Bovary de Flaubert algum tempo mais tarde; o menino Sorel era recriminado com dureza por seu pai, pelas horas de dissipação em páginas imprestáveis (Fuks, 2016, pp. 14-15).

A representação de jovens almas que se perdem por meio de leituras desvirtuosas é levada a sério pelos redatores do jornal católico, pois as mentes não poderiam afastar-se dos dogmas cristãos, mas o contato com livros de enredos lascivos poderia ocasionar esse distanciamento. O ensaio reitera os conceitos de punição às fantasias oriundas de obras fúteis, pois são corruptíveis e criadoras de ilusões, além de dispersivas do tempo útil:

O romance é um espelho tão negro que só nele pode refletir a imoralidade, o amor desfigurado, o ciúme, e finalmente a desordem em toda a sua plenitude. É uma escola onde se aprende as lições da impureza; onde se vê as estátuas da sensualidade desenhadas; é um mar que engole em suas ondas o tesouro sublime da fidelidade; é um campo estéril que não consente a flor da virtude crescer (*A Cruz*, 1861, n. 9, p. 2).

A argumentação exibida no jornal baseia-se na subversão dos comportamentos que poderiam resultar para o público consumidor do gênero, condenável na medida em que reproduzia as torpezas mundanas, como a volúpia, a infidelidade, a devassidão e os vícios, tornando-se o espaço de destruição dos sentimentos leais e virtuosos nos indivíduos. Almejavam, portanto, conforme Julian Fuks (2016), que os modelos de personagens e enredos fossem íntegros e pudicos:

À ambição mais estrita do realismo somava-se então uma exigência que lhe era oposta: mulheres e homens seriam retratados não como são, mas como deveriam ser, para que servissem de exemplo aos leitores incautos. Os desafios cotidianos de um indivíduo qualquer podiam até ser abordados sem ressalvas, seus vícios expostos, suas virtudes sopesadas, desde que no fim alguma justiça se ordenasse: todo vício fosse punido e toda virtude, recompensada (Fuks, 2016, p. 15).

Os leitores deveriam estar distantes dos vícios e a mínima aproximação aos ‘painéis sedutores’ eram condenáveis, pois modelos esperados pelas figuras religiosas seriam aqueles de pureza e divindade por completo, como as histórias de santos e santas, as quais seriam consideradas as verdadeiras leituras úteis.

A censura ao romance está refletida em um público específico:

A época atual caminha para um despenhadeiro – o estrondo de sua queda será espantoso; a mocidade corre a emaranhar-se em seus espinhos; a donzela dorme o sono da perdição à sua sombra. **O luxo e a vaidade são os frutos que a virgem colhe em recompensa do tempo que emprega para contemplar esses painéis sedutores, que se inventam para adoçar os lábios, e estragar o coração.** Embriagada nesse aroma efêmero, que a flor da desgraça deixa sair de seu cálice, olha para o quadro da verdade como um espectro, e horrorizada pela beleza que o cerca, recua diante do braço que a convida para entrar no templo da felicidade e gozar do legado que constitui sua maior grandeza. **Que firmeza de espírito pode ter a virgem, que [sic] entrega-se absolutamente ao passatempo de um romance?** Que felicidade pode oferecer a seu esposo? (*A Cruz*, 1861, grifos nossos, n. 9, p. 2).

Nesta configuração social, a mulher, como responsável pela formação dos seus filhos, seria o exemplo de comportamento, submissão e resignação, como a figura pilar da moral. No entanto, a leitora de romances, inclusive a inserida em romances brasileiros do século XIX, nada tem a oferecer se não o luxo e a vaidade que vivencia ao se debruçar no consumo desse tipo de narrativa. Para a redação do periódico, não haveria outros papéis sociais cabíveis à mulher na sociedade, senão seguir o molde estabelecido nas escrituras, o que excluía a leitura de romances:

Não seria melhor, e mesmo sublime, que uma virgem, em vez de folhear as páginas de um romance, abrisse cautelosamente a Escritura Sagrada, que decorasse as máximas do Evangelho, que consentisse seu espírito refletir sobre essas verdades, que visse as batalhas que afrontaram as heroínas do Cristianismo, que admirasse o anfiteatro em que se expunham os defensores da fé, que aprendesse a maneira porque se deve sofrer e amar?! Haverá grandeza maior do que essa, riqueza mais sólida, formosura mais bela, tempo mais feliz para gozar-se?! Porém a virgem só atende aos interesses do mundo, aos adornos da corrupção, às felicitações de um espírito degenerado, que quer de um só jato consumi-la em sua fúria. E quem será a causa de sua desgraça? Certamente que é a sua educação: breve nos ocuparemos dela (*A Cruz*, 1861, grifo nosso, n. 9, p. 2).

Fica explícito no trecho a preocupação séria quanto ao consumo de determinadas narrativas capazes de levar à desgraça de mulheres virgens, ou seja, ainda jovens e não

casadas. Assim, somente a Escritura Sagrada seria plausível para a leitura, atentando às heroínas do Cristianismo, exemplos dignos para essa comunidade. No artigo são recomendadas as leituras capazes de engrandecer o espírito: as “máximas do Evangelho”, nas quais se conhecem os “defensores da fé” que deveriam ser objetos de atenção das futuras esposas e guardiães da moral. A leitura de livros de maneira veloz estava reprimida, igualmente, pois atendia aos “interesses do mundo”, realizada de “um só jato, em fúria”, como a leitura de romances, logo, seria uma prática voltada para interesses materiais, já que também envolvia a compra e venda de jornais e livros, sendo uma ação considerada supérflua e materialista. Tal fato remonta às novas formas de utilidade, às quais Franco Moretti menciona em *Romance: história e teoria* (2009), ao explicitar o “nascimento de uma sociedade de consumo” na Europa, que influenciou diretamente no aproveitamento de bens culturais, como os livros, e, por consequência, na difusão do romance. Além disso, a menção a uma ideia de voracidade na leitura também remete às formas de ler surgidas nos séculos anteriores, avaliada como a leitura “extensiva”:

[...] lendo muito mais do que antes, avidamente, às vezes de maneira apaixonada, mas é provável que também, na maioria das vezes, superficial e rapidamente, até mesmo de forma um pouco errática; muito diferente da leitura e releitura “intensivas” dos mesmos (e poucos) livros — em geral, livros de devoção — que haviam sido a norma até então. (Engelsing *apud* Moretti, 2009, p. 210).

A preocupação com o arrebatamento à leitura de romances estava associada aos “vícios de uma educação pouco cristã”, e os jornais católicos surgem como um dos instrumentos de guia e instrução ao público, para prevenir do afastamento ao modelo educacional religioso, de grupos específicos, como a mocidade e, principalmente, as mulheres, o que demonstra uma preocupação político-social com os assuntos literários.

Com a implantação de uma educação laica, advinda de ideias do século anterior na Europa, o Brasil também se tornaria palco de transformações nos pensamentos e práticas sociais:

No século XVIII, a educação é colocada no centro da vida social e tem a função de homologar classes e grupos sociais, recuperar todos os cidadãos para a produtividade social, construir em cada homem a consciência de cidadão e emancipá-lo intelectualmente, liberando-o de preconceitos, tradições acríticas, fés impostas e crenças irracionais. A educação emancipa-se dos modelos religioso-autoritários do passado e reivindica para o homem a formação de si próprio

em seu processo de autonomia e de liberdade (Cambi, 1999, p. 326 *apud* Trindade; Meneses, 2009, p. 127).

É sob esse aspecto de autonomia e liberdade religiosa que o(s) autor(es) dos artigos incriminadores irão rechaçar as práticas leitoras distantes dos livros sagrados e moralizantes. Em 7 de setembro de 1862, o jornal *A Cruz* noticia uma relação de livros rejeitados pelo Índice:

Livros condenados – Um decreto da Sagrada Congregação do Index, anuncia a condenação das obras seguintes: 1º. *Carta Catholica dirigida aos Bispos reunidos em Roma*, por Ciotto Pintor, Milão, 1862.
2º *O Inferno* por Augusto Collet, Pariz, 1681.
O mesmo decreto publica que o autor do livro intitulado *Os princípios de 1789*, e *Igreja Catholica*, posto há alguns meses no Index, se submeteu com muito louvor (*A Cruz*, 1862, n. 56, p. 4).

Dentre os títulos mencionados, consta o livro *O Inferno* (1871), do francês Auguste Callet (1812 – 1883), traduzido por Camilo Castelo Branco (1825-1890) em sua versão portuguesa de 1871, e objurgado pela Sagrada Congregação do Índice, com advertência do tradutor, que destinou sua crítica aos cardeais responsáveis pela sanção:

O autor, conquanto excomungado, usou a cristã bem-querença de prevenir-me de que a sua obra estava condenada. Decidi logo que o livro não seria de todo mau. E, depois que o li, reflexionei que os cardeais seriam mais discretos esquivando-se a dar voga a escritos que andariam menos procurados sem a chancela da proibição. A mim me quer parecer que o *Inferno* de Callet sairia com foros de ortodoxo da assembleia dos primitivos cristãos, quero dizer, dos seguidores de Jesus Cristo (Castelo Branco, 1871, p. 10).

Há uma forte evidência de que Camilo Castelo Branco fora contrário às ações conservadoras da Igreja Católica, principalmente no que se refere aos preceitos moralizantes que reprimem obras, ações e homens:

É tão verdade que este sistema de moralizar nada aproveita, quanto é certo que nas aldeias, onde mais trovejам as ameaças do missionário, encontrareis o demônio da corrupção fazendo trejeitos ao padre às portas das cabanas, onde o vicio avulta mais esqualido com a hediondez dos seus farrapos.
Não melhorareis a sociedade a pregar. E, todavia, serôdios apóstolos, na vossa sinceridade, creio eu, por não ter grande confiança na vossa ilustração, e me ser muito custosos suspeitar que sois hipócritas.
Ora, lede este livro que se vos oferece em português correntio, e dizei, se, apagado o inferno, não será possível acender farol mais humano e mais divino pelo qual se norteie a posteridade da pecadora Eva, esta imensa família de hoje, estigmatizada seis mil anos antes! (Castelo Branco, 1871, p. 10).

O tradutor, além de defender e recomendar a leitura, traça sua crítica e seu julgamento aos sacerdotes missionários, acusando-os de hipocrisia e deslegitimando as tentativas de moralização por meio da censura/proibição. O livro foi amplamente noticiado em jornais do país, incluindo dois paraenses: *A Boa Nova* e *O Pelicano* (Sales; Silva, 2022), e, neste último, recomendou-se a leitura e veiculação de artigos com teor positivo sobre a obra, publicadas no jornal maçônico paraense.

A obra ganhou espaço na imprensa brasileira, foi noticiada entre jornais de diferentes locais, como em anúncios no *Jornal do Comércio* (1871), no Rio de Janeiro; *Jornal de Recife* (1871); *Correio Paulistano* (1871); e *Diário do Maranhão* (1875). O fenomenal sucesso da obra, que estimulou a propaganda e, conseqüentemente, a leitura, deveu-se, certamente, às advertências proibitivas e de censura [...] (Sales; Silva, 2022, p. 9).

A reprimenda ocorreu em 20 de junho de 1862, como informa o prefácio da segunda edição, disponível virtualmente, mas a tradução, vinda à luz em 1871, provocou a atenção dos periódicos nacionais, principalmente os católicos. A partir da crítica contrária à sua leitura, o livro de Callet evidencia o rechaço da redação para com outras ideias circulantes, as quais poderiam servir como instrumento de questionamento dos discursos de representantes da Igreja.

O autor, ao comentar sobre a censura sofrida pelo livro, enfatiza o teor dele: a negação da existência do inferno e sua crença como algo maléfico ao ser humano. *O Inferno* trata justamente do questionamento sobre a existência de uma concepção danosa ao convívio social. Ainda em seu prefácio, Auguste Callet expõe duras críticas à infalibilidade papal para justificar o teor de seu livro:

Pelo que me toca, julguei que o inferno é uma concepção imoral, profunda e forçosamente imoral pelas razões que aduzi. Também mostrei, a diversas luzes, o perigo de semelhante crença para o gênero humano. Por isso fui condenado em Roma. Otimamente! Agora exijo que me respondam. Graves e leais são as minhas objeções: o decreto do Index as deixou subsistir em todo o seu vigor. Quando a soberania temporal do papal, que não é dogma, deixar de absorver esforços todos dos defensores da fé, espero que eles tenham vagar de cuidar no inferno, que é um dogma, e dogma tanto em perigo e tão vacilante – fiquem-no sabendo – como o trono de Paulo III, de Pio IV, e Pio V. (Callet, 1871, p. 16).

Callet enfatiza também em seu prefácio o fato de que os cardeais ou papas responsáveis pelo Índice nada liam das obras sentenciadas, as quais eram, na verdade, lidas

por monges e “obscuros teólogos”, o que, na sua perspectiva, perpassa pelo posicionamento da inexistência de um lugar em específico chamado inferno, mas que Satanás o leva consigo aonde estiver, e de que é preciso um estudo e análise da Bíblia para fins de comprovação de seus argumentos. Callet examina, ainda, partes da Bíblia, e dialoga com sua compreensão social ao alegar que a existência de um inferno e dos castigos divinos desde o episódio de Adão e Eva levam a uma relação suspeitosa entre homem e Deus, sempre sob um olhar vigilante e ameaçador. Além disso, o escritor também questiona a concepção de uma verdade absoluta emitida por sacerdotes católicos, e utiliza de críticas à infalibilidade católica perpetrada por protestantes em seus discursos: “Se o Papa e os bispos fossem infalíveis, não bastaria respeitá-los, seria mister adorá-los. Disso nos defenda Deus! São homens como nós” (Callet, 1871, p. 199). O caráter subversivo desse autor e seu livro esteve fundamentado em suas refutações quanto ao que a Igreja pregava, principalmente os ultramontanos, os quais defendiam veementemente a infalibilidade papal.

A discussão em torno do livro não findou no jornal *A Cruz*. Em 12 de setembro de 1875, em *Labarum* (1874 – 1875), jornal maçônico divulgado em Alagoas - Maceió, o assunto foi retomado em outro artigo desaprovador:

Até hoje não decidiram os sábios onde está o inferno. Eu também não decido. A minha ignorância neste objeto é crassa e sincera.
 Consola-me, porém, ver que sapientíssimos varões, de mais a mais santos inspirados, me não ganharam o passo, e tendo o partido e vagar de entender e esquadrihar nesse assunto, alumiados sobrenaturalmente.
 Que existe inferno é dogma, é fé, é evidência invisível. E, se não fosse dogma, a razão humana o criaria tal para prefixar a paragem futura de certos velhacos.
 [...] Outros alvitristas opinam que o inferno está nos antípodas. S. Isidoro vai para aqui, declarando que, no fim do mundo, sol e lua ficarão imóveis, ele ao oriente, ela ao ocidente, por maneira que os antípodas, onde está o inferno, ficarão às escuras. S. Isidoro, como se vê, era do partido dos ordeiros em matéria de astronomia. Os juizes de Galileu abonaram-se com ele.
 Veio depois o insigne Scoto e disse que não era possível a homens determinar geograficamente o inferno; mas duvidar-lhe a existência seria um ultraje à fé cristã (*Labarum*, 1875, n. 11, p. 4).

O artigo menciona a repercussão da obra e dos debates levantados sobre os malefícios de sua leitura nos jornais brasileiros. O questionamento de dogmas católicos e discursos de sacerdotes foi, para a maioria dos periódicos estudados, assunto de extrema gravidade, sendo eles completamente reprovados para divulgação entre a sociedade, livros

como *O Inferno*, em que se expunha uma concepção questionadora de maneira tão contundente, deveriam, então, a partir dessa ótica, serem rechaçadas também pelos jornalistas e público leitor. O público, sob essa ótica católica, deveria se abster de tais leituras, a título de não ameaçarem suas almas e mentes para a perdição e afastamento da considerada palavra verdadeiramente cristã.

Ainda em *A Cruz*, em 4 e 11 de outubro de 1863, o autor Ernest Renan (1823-1892)⁹ e sua obra *Vida de Jesus Cristo* (1863) são citados no periódico. Na primeira nota, uma breve apreciação crítica sobre o livro foi intitulada como ‘O ímpio Renan’:

O ímpio Renan - O cardeal arcebispo de Besançon, perante uma numerosa e ilustrada reunião, ergueu a sua voz contra a blasfêmia e ímpia obra ultimamente publicada por M. Renan, intitulada: *Vida de Jesus Cristo*.
Serviços à religião. – O padre Felix, tão célebre por suas conferências pregadas em Nossa Senhora de Paris, publicou também uma refutação do último livro de M. Renan.
É mais um serviço que o ilustre jesuíta presta ao catolicismo (*A Cruz*, 1863, n. 112, p. 4).

Nessa nota faz-se presente a desaprovação ao livro de Joseph Ernest Renan, escritor, filólogo, teólogo, filósofo e historiador francês, por meio de figuras legitimadoras para os redatores do jornal e para o público cristão, como um todo. *A Vida de Jesus Cristo* revela a interpretação de Ernest Renan sobre a história cristã do principal representante da religião. Acerca da biografia desse autor, temos que, após ser nomeado como professor do *Collège de France*, em 1862, “Renan é expulso logo após a primeira aula em que apresentou sua interpretação de Jesus, não como o Messias, mas simplesmente como um homem excepcional, único na história da humanidade” (Ferreira, 2007, p. 280). Novamente o caráter questionador ou, ao menos, distante da visão católica, de um dogma ou figura religiosa, é alvo de condenação por parte do periódico.

Tal concepção, considerada ‘blasfêmia’ pelos redatores do jornal *A Cruz*, revela a atenção dada aos escritos que fugiam das concepções doutrinárias de uma Igreja em vias de

⁹ De acordo com Ferreira (2007, p. 280), Ernest Renan (1823-1892) nasceu em Tréguier, comuna francesa localizada na região administrativa da Bretanha. O ex-seminarista de Saint-Nicolas-du-Chardonnet (Paris) vivenciou uma “crise religiosa” e a expôs em *Lembranças de Infância e de Juventude*, publicado em 1883. Com vasta produção intelectual, baseada em um cientificismo e racionalismo oitocentista, em *A Vida de Jesus*, Ernest Renan “[...] procurou fazer uma interpretação racional e positiva, desvinculada de especulações metafísicas ou teológicas, a fim de reinscrever na sua historicidade um homem “sublime, que ainda [...] preside o destino do mundo” (Renan, 1996, p. 405).

enfraquecimento perante a sociedade, e que se mantinha atenta às produções ensaísticas e literárias ao alcance da população. O livro *Vida de Jesus Cristo* foi *best-seller* na Europa e no Brasil, traduzido para o português em 1864, acirrando as desavenças entre o governo brasileiro e o Vaticano (Cavalcanti, 2019). O periódico *A Cruz* antecipa o ano da publicação traduzida e revela em suas notas a preocupação com a circulação da obra. Na edição nº 113, em 11 de outubro de 1863, menciona o título novamente em uma breve declaração: “Obra condenada – Foi proibida pela sagrada Congregação do Index da *Vida de Jesus*, de M. Renan” (*A Cruz*, 1863, p. 4), ou seja, faz questão de referir a máxima repreensão advinda da Igreja: a inserção do livro no Índice; reforçando, mais uma vez, o desejo de proibição desta leitura.

Para além do campo da moralização, o escrito de Renan revela uma renovação intelectual e ideológica na sociedade, mais precisamente na parcela intelectual brasileira, baseada em pensadores europeus, como o próprio autor, além de Auguste Comte (1798 - 1857) e Hippolyte Taine (1828 - 1893). Ou seja, “a leitura desses autores inseriu a elite brasileira em discussões acerca do positivismo, do evolucionismo, da crítica religiosa, das transformações do direito e da política, do realismo e do naturalismo” (Cavalcanti, 2019, pp. 274-275). A menção à censura da obra, voltada para um título de grande circulação no Brasil e no mundo, revela o Índice como um dos instrumentos de legitimação para rechaçar a leitura de títulos e autores, retomado pelo jornal brasileiro como um dos instrumentos de legitimação para a condenação.

O nome de Ernest Renan foi divulgado em outros periódicos na mesma época de circulação de *A Cruz*, como no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 16 de junho de 1864, quando noticiaram a disponibilidade do título recriminado pelos redatores católicos, à venda pelo “preço diminuto de 5\$000” (*Jornal do Commercio*), em sua 12ª edição, e, posteriormente, em 11 de julho de 1867, em nota sobre *Os Apóstolos*, outro título do mesmo autor, vendido a 2\$500; além do anúncio da assinatura de *A Vida de Jesus* por 600 réis, em *O Defensor do Trabalho*, jornal de Lisboa, à venda nas cidades de Lisboa e Porto. Considerando o número de edições existentes do mesmo título, Ernest Renan pode ser considerado um dos grandes autores do Oitocentos, a partir de uma produção profícua e possivelmente com alta demanda para novas edições e assinaturas para recebimento da obra.

Ainda em 1863, *A Cruz* anunciou alguns trechos de notas e anúncios veiculados em jornais estrangeiros, como *Gazeta de Milão*¹⁰ e *Monde*, em que se refutam a obra de Renan, por exemplo, em 29 de novembro de 1863:

Renan. – Lê-se no Monde:

<<A assembleia dos sábios católicos na Alemanha, reunidos em Menich no dia 28 de setembro, decidiram o seguinte a respeito de Renan: — <<A assembleia dos sábios católicos declara que a obra de M. E. Renan, intitulada – *Vida de Jesus* – é não só anticristã, senão também anticientífica, superficial e ao mesmo tempo um fato inteiramente imoral.>> — (*A Cruz*, 1863, n. 120, p. 4).

Neste excerto, é explícito o quanto a obra foi largamente discutida no Brasil e em outros países por onde circulou. A presença desta republicação também evidencia a atenção dada pelos redatores ao que era veiculado em jornais estrangeiros, confirmando a presença de figuras letradas e com acesso aos suportes em outras línguas, além do poder de compra destes jornais importados. No *Diário do Rio de Janeiro*, na edição nº 248, em 11 de setembro de 1863, comprova-se a abundância de posicionamentos opostos: uns se manifestavam contrários e outros favoráveis ao livro de Renan, ao escreverem sobre o que ocorria em Paris, à época:

O sucesso do livro de Renan, — *O V. Evangelho*, como o chamam por aqui, faz época; é lido, comentado, discutido; já se publicaram 32 brochuras pró e contra a *Vida de Jesus*; a atenção pública segue a corrente e vai aos graves estudos. **O livro tem atrativo de um romance, é um idílio, uma espécie de égloga religiosa, cheia de frescura e poesia**; Jesus já não é Deus, mas um homem divino, que prepara as consciências para a obra da continência; Jesus é Deus ou não é; os milagres existem ou não existem; não há meio termo; é preciso ter coragem de dizer toda a verdade; é um mal conservá-la coberta com um véu transparente. E há de ser pelos defeitos que a *Vida de Jesus* fará barulho; há uma multidão de gente que gritam desses *accommodements*, e a quem não repugna a blasfêmia sendo polida; é por este lado, um tanto covarde, que Renan se insinuará em muitos espíritos; fazer a brecha é já muito, mas quanto não ganharia o seu livro se fosse corajoso; ele devia por audazmente os pontos nos i. A sua obra é importante, é verdade; o partido clerical estremeceu, e deitou sobre o autor injúrias e anátemas, os bispos o excomungam do púlpito, e toda esta inútil gritaria aumenta o sucesso do livro; em poucos dias venderam-se 35.000 exemplares! O nome do autor está popular. Já se falou nele para um dos lugares de deputado do distrito de Paris, vagos pela dupla eleição de Havin e Favre; é lembrado o nome dele como uma manifestação anticatólica; mas Renan não pode ser candidato da oposição; professor do colégio de França, foi muitas vezes encarregado de comissões pelos ministros, e é, além disso, amigo particular de Napoleão. A população de Paris quer um candidato inteiramente hostil ao poder; fique o Sr. Renan escrevendo as suas belas obras. Houve quem resumisse nestas

¹⁰ Lê-se na *Gazeta de Milão*: <<A *Vida de Jesus* de Renan é refutada por dois homens, pertencentes a dois lados políticos bem notáveis, Mr. Margoti, diretor da *Armonia* e *Passaglia* do *Mediatore*>>. (*A Cruz*, 1863, n. 116, p. 4).

palavras a opinião política de Renan: <<Ele fez de Jesus um homem, mas está disposto a fazer do imperador Napoleão um Deus.>> (*Diário do Rio De Janeiro*, 1863, n. 248, p. 2, grifos nossos).

A folha carioca, intitulada “Política, interativa e comercial”, tinha como redator-chefe Joaquim Saldanha Marinho (1816 – 1895), uma das principais figuras maçônicas de influência no país, e que se encontrava no lado oposto aos ultramontanos e às redações católicas. Os elogios feitos ao autor Ernest Renan comprovam seu posicionamento quanto à liberdade de pensamento e ao distanciamento das regras de uma Igreja conservadora, pois era aliado às ideias científicistas e politicamente liberais da época. No trecho grafado, percebe-se também a comparação da *Vida de Jesus* como um romance, cheio de “frescuras e poesia”, o que indica ter sido uma leitura considerada prazerosa e muito provavelmente instigante ao público, sem necessitar de compêndios ou manuais para o bom entendimento, como eram previstas as belas letras da época, em uma nova configuração de escrita e prática leitora no século XIX. Assim, fica nítida a presença do romance como alvo de preocupações em jornais como *A Cruz*: era um tipo de leitura perigosa, não somente pelas fantasias as quais poderiam insurgir no público, mas principalmente pela inserção de pensamentos ameaçadores à ordem católica.

Considerando uma linha do tempo entre as notas e os artigos contrários e favoráveis a Renan e ao seu livro, *A Cruz* dialoga diretamente com o ensaio mencionado; ao reproduzir as contestações já publicadas em periódicos estrangeiros, evidencia uma resposta ao público acerca da obra francesa, já que também é um jornal difundido na província do Rio de Janeiro.

De onde estamos falando?

[...] *li outros livros escondida na dispensa à luz de vela, em busca da heroína dentro de mim, mas não havia heroína nenhuma.*

(Ana Miranda, 2002)

Catherine Morland, em *A Abadia de Northanger* (1817), de Jane Austen; Emma Bovary, em *Madame Bovary* (1856), de Gustave Flaubert; Maria do Carmo, em *A Normalista* (1893), de Adolfo Caminha, entre outras personagens da ficção ocidental, foram alcançadas

de diferentes maneiras pelas leituras que realizavam. Em sua maioria, as leitoras de romances e contos, principalmente as protagonizadas por mulheres, encarnam enredos trágicos ou libidinosos, considerados subversivos a elas.

Mas séculos antes dessas obras, a leitura está como determinante no enredo da obra *Dom Quixote* (1605), de Miguel de Cervantes, quando o engenhoso Dom Quixote de la Mancha destinava a essa prática uma atenção maior e mais prazerosa se comparada aos compromissos sociais, como bailes ou outras solenidades. E, por isso, acossado, conforme descreve Zilberman (2001, p. 22):

Cervantes reproduz a cena persecutória logo nos capítulos iniciais da novela: aproveitando que Dom Quixote dorme, seus dois amigos letrados o cura e o barbeiro, invadem a biblioteca do fidalgo e eliminam as obras desaconselháveis.

Assim, se os livros são “ocasionadores do prejuízo” e merecem que sejam destinados ao fogo, não era de espantar que o Estado e a Igreja estivessem acoplados ao entender o romance como um gênero deturpado e capaz de desvirtuar os bons costumes. Assim, nesta seara está inserido um número significativo de jornais doutrinários, no modelo d’*A Cruz: jornal Religioso, literário, histórico e filosófico* (RJ), tais como: *O Santo Ofício* (1872, PA), *O Cristianismo: semanário religioso* (1854, MA), *A abelha religiosa: verdadeira caridade* (1854, RJ), *A Assembleia Católica: periódico consagrado aos interesses da religião* (1859, SE), *A Cruzada: Diário político-religioso, literário, comercial, noticioso* (1890, MA), *A Esperança: jornal religioso, político, científico e literário* (1864, PB), *A Estrela do Norte: periódico religioso* (1963, PA), *A Estrela do Sul: periódico consagrado aos interesses da religião* (1862, RS), *A fé: jornal religioso e literário* (1868, MA), *A Fé cristã: hebdomedário dedicado aos interesses da religião católica* (1902, AL), *A Gaivota: órgão literário, crítico e religioso* (1899, RJ), *A Justiça: judiciário-religioso-literário-noticioso* (1939, MG), *A religião: órgão da igreja católica da Bahia* (1887, BA), *A Revelação: revista religiosa e literária* (1852, SC), *A voz da religião: Unu Dominus, uma Fides* (1846, PE), *A Voz da Religião no Cariri: Ide em todos os pontos, ensinaí a todos os povos* (1868, CE).

E diante de um conglomerado de reprovações, a defesa aparecia nas páginas do próprio romance e não em todos, pois foi um “gênero que renegou a si mesmo”, como define Walter Siti, ao especificar as diferentes formas de desculpas e justificativas, exibidas nos

paratextos - prefácios, notas, posfácios, advertências do editor -, pelos motivos diversos, quer seja por provocar nos “leitores devastações psicológicas”, “enlouquecer”; ou por ser desacreditado e os romancistas considerados ‘péssimos e superficiais’ (Siti, 2009, p. 174).

Assim sendo, se ler faz tanto mal, a narradora de *A Abadia de Northanger* se desvirtua do modelo incriminatório e valoriza uma cena de leitura, além de reprovar a crítica que se ocupa em desfazer os méritos destas produções:

E, se uma manhã chuvosa as privava de outros prazeres, ainda assim, resolutas, se encontravam, desafiando a umidade e a lama e se trancavam para ler romances juntas. Sim, romances, pois não adotarei este mal e insensato costume, tão comum entre escritores de romances, de degradar, pelas suas desprezíveis censuras, os próprios trabalhos; além disso, os daqueles aos quais eles mesmos se unem – juntando-se com seus maiores inimigos para conferir os mais duros epítetos a tais trabalhos, e quase nunca permitindo que sejam lidos pela sua própria heroína, a qual, se acidentalmente pegasse um romance, certamente fecharia suas páginas insípidas com desgosto. Ah! Se a heroína de um romance não for protegida pela heroína de outro, de quem poderia esperar proteção e consideração? Não posso aprovar isso. Deixemos aos críticos que abusem de tais efusões de imaginação o quanto quiserem, e que falem sobre cada novo romance, nas rotas melodias do lixo com o qual a imprensa agora se lamenta (Austen, 2012, p. 30).

O romance acolheu a matéria da imaginação e permitiu aos leitores a identificação por meio da fantasia, componentes suficientes para atormentar os moralizadores e líderes cumpridores de deveres. Por essa razão as proibições permanecem, porque a leitura é uma ameaça empírica, pois gera conhecimento, suscita a imaginação e ocasiona a liberdade. E não há nada mais importunador aos detentores da ordem e da moral, do que seres livres, pensantes, questionadores e sonhadores.

A respeito das tentativas de censura por parte do periódico católico *A Cruz* contra os títulos de Ernest Renan e Auguste Callet, é possível que essa proibição tenha aguçado a mente do provável leitor, já que ambas as narrativas obtiveram edições traduzidas e significativa circulação à época. Assim, considerando as manifestações contemporâneas, que se resvalam em motivações para a proibição de leituras muito semelhantes às de séculos passados, o romance continua sendo um instrumento subversivo contrário às ações conservadoras de determinadas instâncias com poder.

Referências

- ABREU, M. *Diferentes formas de ler* (2001). Disponível em: <<https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>>. Acesso em: 1 mar. 2024.
- ABREU, M. O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, v. 4, n. 4, p. 1-12, 2007.
- AUSTEN, J. *A abadia de Northanger*. L&PM Pocket, 2011.
- CALLET, A. *O Inferno*. Prefácio de Camilo Castelo Branco. Typ. da Livraria Nacional, 1871.
- CAVALCANTI, J. B. O tema do Jesus Histórico na formação do Estado Brasileiro: a recepção de Ernest Renan junto à intelectualidade brasileira oitocentista à luz dos escritos de Luiz Gama e Joaquim Nabuco. *Tempos Históricos*, v. 23, n. 2, pp. 272-288, 2019.
- DA SILVA, A. R. C.; DA ROCHA CARVALHO, T. Ultramontanismo, Maçonaria e Protestantismo no contexto da Questão Religiosa (1872-1875). *Estudos de religião*, v. 33, n. 2, p. 30, 2019.
- DE PÁDUA CASTRO, S. O imaginário na construção da realidade e do texto ficcional. *Revista Txt: Leituras Transdisciplinares de Telas e Textos*, v. 3, n. 5, p. 53-60, 2007.
- FERREIRA, L. F. Luiz Gama: um abolicionista leitor de Renan. *Estudos avançados*, v. 21, pp. 271-288, 2007.
- FUKS, J. *História abstrata do romance*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- MARKS, C. A forma simbólica da modernidade. *Estudos Avançados*, 35(101), 313-318, 2021.
- MORETTI, F. O romance: história e teoria. *Novos estudos CEBRAP*, pp. 201-212, 2009.
- MIRANDA, A. *Dias e Dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- TRINDADE, S. A.; MENEZES, I. R. A educação na modernidade e a modernização da escola no Brasil: século XIX e início do século XX. *Revista HISTEDBR on-line*, v. 9, n. 36, p. 124-135, 2009.
- REIMÃO, S. L. A. de A. e NERY, J. E. e SILVA, F. M.s P. *Resistência: leitores, autores, livreiros, editores e censura a livros no Brasil de 2019 a 2022*. São Paulo: Edições EACH. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1122/1026/3808>. Acesso em: 11 set. 2024.
- RUDI, T. A. M. Ernest Renan'brésilien': dos papéis que um historiador francês teve no Brasil. *Dimensões*, n. 37, p. 194-213, 2016.

SALES, G. M. A; DA SILVA, J. Y. J. A Boa Nova e O Pelicano: debates sobre O Inferno (1871), no século XIX. *Muitas Vozes*, v. 11, 2022.

SILVA, J. Y. J. da. *A polêmica da leitura de romances: prescrições e preceitos religiosos na Belém do século XIX*. Orientadora: Germana Maria Araújo Sales. 2020. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SITI, W. O romance sob acusação. In: MORETTI, F. (org.). *O romance: A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 165 – 195.

ZILBERMAN, R. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo: Editora SENAC, 2001.

Fontes primárias

A CRUZ (1861 – 1864) *O perigo do romance*. 13 de outubro de 1861, n. 09, p. 2.

A CRUZ (1861 – 1864). *O ímpio Renan*. 4 de outubro de 1863, n. 112, p. 4.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (1860 – 1878). *Revista da Europa*. 11 de setembro de 1863, n. 248, p. 2.

LABARUM (1874 – 1875). *O Inferno*. 12 de setembro de 1875, n. 11, p. 4.

THE DANGER OF THE NOVEL, OR THE READING IN DANGER?

ABSTRACT: During the 19th century, the technological and ideological modernization of Brazil made significant advances including the national press and the circulation of books and narratives. However, censorship focused on titles and authors that would depart from the religious precepts of the time and for being considered threatening to the authorities. In this context, this work recovers the criticism published in the newspaper *A Cruz*, a “religious, literary, historical and philosophical newspaper” published in Rio de Janeiro between 1861 and 1864. Analyzing the judgments made about the fictional works it is possible to reconstruct the ideological, political and religious nuances present in the positions against the readings, that were far from the purely moralizing precepts of the Catholic order. The study reveals the specific intentions behind the condemnation of reading, especially of novels, which served as an instrument of persuasion in the pursuit of Christian dogma and, above all, in the affirmation of the Church and its members as the holders of morally true knowledge, to the detriment of the power of subversion of ideas from the literary productions available to the reading public.

KEYWORDS: Reading criticism; Novel; Religious newspaper; *A Cruz*; 19th century.